

A reversão do quadro sucessório

■ Impõe-se a reversão do quadro sucessório, que não corresponde aos anseios do povo nem dos partidos — segundo o autor. Povo e políticos — diz ainda — querem eleições diretas e a reformulação partidária.

A reversão do quadro sucessório, no qual os mais frios e objetivos analistas políticos acreditam, ou, pelo menos, consideram ser possível, é, a meu ver, uma necessidade de natureza imperiosa. Fundado em quê (?) eu próprio me pergunto.

Fundado, respondo, na natureza das coisas: que, como sabemos, transcende a vontade humana; seus planos e/ou objetivos imediatos (e mediatos).

A crise brasileira está inserida, hoje, na crise global de nosso tempo, coisa que não ocorreu praticamente em nenhum dos períodos críticos de nosso passado. Esta é uma verificação ociosa. É um truismo, pois, da segunda guerra mundial para cá, vivemos evidentemente em um mundo em mudança.

Diz-se, hoje, a partir da abertura promovida pelo Presidente Figueiredo (com a consequente mobilização da sociedade em busca da mudança); diz-se, hoje, repito, que as Forças Armadas já não têm condições para intervir.

Muito bem. Acredito que assim seja sem contudo desdizer-me de entrevista que, a 13 de novembro de 1977, concedi ao Correio Braziliense, a respeito do que então denominei o poder de correção dos militares; que, de forma alguma, poderá ser confundido, seja com o chamado poder moderador conferido ao Imperador no sistema parlamentar implantado após a nossa independência política; seja com qualquer tipo de poder tutelar sobre a sociedade em geral e seu estamento político. Que não é,

também, nem sugestão para golpe militar. Nem assunção do poder pelas Forças Armadas. É recíproca influência, acordo para construção do futuro, agora; a partir de agora. É acordo já.

O poder de correção existe, a rigor, em todas as instituições (e entidades que as representam) em todo mundo, seja na área privada, seja no setor público.

O termo é usual no campo do poder judiciário, no qual existe a figura do *corregedor*, que não é, nada mais nada menos, aquele que corrige os possíveis (e até naturais) desvios de rota, seja dos magistrados em todas as suas categorias, seja dos advogados no exercício de seus pleitos nos campos da defesa ou da acusação dos litigantes.

É um poder simples, objetivo e necessário, inclusive nos meios militares, quando em marcha. Nos longos deslocamentos correge-se o "azimut de marcha".

A reversão do quadro sucessório atual corresponderá na prática a isso, numa correção do "azimut de marcha"; ou, mais fundamentalmente, numa correção de índole legal no sentido de escoimar-se as distorções nos processos políticos, muitas vezes pelo uso até de ilegalidades ostensivas e evidentemente abusivas.

Afinal, que caracteriza o quadro sucessório atual? Verdaderamente ele é fruto, inegável fruto, de algo que se deixou de fazer a seu tempo; isto é, na oportunidade devida. Digamos, para exemplificar, uma real reformulação partidária. Ou, ainda, também como exemplo, a convocação de eleições diretas.

Qualquer analista político de nosso País que se dispuser a colocar as candidaturas em curso sob uma lente, uma lente que permita ver detalhes, chegará à conclusão, pura e simples, pelo menos, sobre o seguinte: o candidato da fração vitoriosa na convenção do PDS é o verdadeiro candidato da oposição ao grupo governativo detentor do poder de decisão. O candidato lançado sob a bandeira do que seria a frente para mudança é tão-só e somente o candidato dessa frente; que, no dia seguinte, a sua posse não mais existirá sob o nome de Aliança; mas que permanecerá mais viva e mais virulenta do que nunca por sua frações desunidas pela extinção da frente de hoje.

Todo mundo, hoje, tem por hábito dizer: primeiro, que as Forças Armadas aí estão para garantir a posse daquele que for

eleito e, por antecipação, do fiel cumprimento do esquema hoje vigente. Segundo: asseveram o Presidente, seus ministros militares e alguns líderes civis mais destacados que as Forças Armadas, visto que são fiéis ao Presidente, darão posse, simplesmente, ao ganhador do Colégio Eleitoral.

Muito bem. Não tenho dúvidas de que assim será se se fizer vista grossa à indeclinável necessidade de reversão do quadro sucessório. Isto, esta reversão, para se atender, de um lado, ao quadro real da crise brasileira (que, como registrei, a ninguém nega, é penosa, grave, séria e complexa) e, de outro, aos reclamos, às justas e profundas reivindicações da sociedade.

A reversão de que venho falando, estou certo, é reivindicação da sociedade, que, como já dissemos, não foi atendida a tempo, no momento oportuno. E, que, à esta altura, vê-se simplesmente coagida a aceitar a gaiola onde ficou prisioneira. A gaiola de ter que aceitar o Colégio Eleitoral, por exemplo, ainda que aspirando, querendo verdadeiramente, não só eleger o seu Presidente, como renovar o Congresso Nacional e, através da mobilização de todos os seus segmentos, promover a mudança. Mudança esta que significa não só democracia. Mas também administração, segundo projetos que nos retirem, que à sociedade retire, do "sufoco" no qual se encontra.

O atual quadro sucessório é confiável para tanto? Todo mundo sabe que não.

A reversão é impossível? É difícil? É impossível, por quê? É difícil, por quê? Só pode ser por falta de coragem e vontade. Essas faltas de coragem e vontade são nacionais, são do povo, são da sociedade? Não, não e não. Elas se se assentam na gaiola do Colégio Eleitoral que era (e é) sob todos os títulos espúrio.

O quadro sucessório que aí está, o que é? Ainda não temos ninguém eleito. Se tivéssemos, aí sim, não haveria o que se dizer nem o que se discutir. O quadro sucessório, no tempo atual (até 15 de janeiro) é tão-só, tão-somente uma proposta e odiosa proposta.

Não abrange, queremos dizer, as mais que justas aspirações e reivindicações da sociedade em geral, em favor das necessárias mudanças. Pois que, conclua-se, é o Brasil como nação, é o Brasil como Estado; é o Brasil como administração; é o Brasil como

povo, é o Brasil como juventude e futuro, que reclama um outro Brasil. O Brasil que chamaríamos de o Brasil após 64/84.

Preciso registrar, que nada tenho contra os candidatos de ambas as propostas. Apenas verifico que estas propostas não são representativas, nem da sociedade que reclama mudanças, nem mesmo, dos segmentos políticos que às candidaturas engendraram. A alternativa, como já assinalai, é odiosa, pois assentada, de um lado no que foi negado à sociedade e, de outro, no que lhe foi imposto a título de Colégio Eleitoral.

As propostas dos candidatos não são representativas da sociedade.

Ou se faz questão de se omitir, de se "fazer de conta" que as candidaturas não são constrangedoras, quer num esquema quer noutro? Se se faz, então, muito bem. Mas, é preciso dizer-se com todas as letras: é mentirosa a atitude e são mentirosos os argumentos que embuçam as vontades manifestas em curso.

A do PDS, foi imposta ao grupo governativo detentor do poder influente e decisivo. E imposta, também, ao próprio PDS, pois os que do partido fizeram-se dissidentes, do PDS são, ainda que sob o pálio da Aliança. A da frente, abrigada sob o mesmo pálio, foi também necessariamente imposta. Ante a impossibilidade (uma impossibilidade absurda) de refugir-se do famigerado e fantasmagórico Colégio Eleitoral.

É bastante ler-se os jornais. Ouvir-se as sucessivas manifestações nas rádios e nas televisões. É suficiente (sem sombras de dúvida) escutar-se os comentários das pessoas em geral em qualquer recinto fechado ou aberto. E ouvir-se os políticos, dentro ou fora do Congresso Nacional, em off, para

captar-se incluível e mal sopitada insatisfação. Isso tudo junto concorre para envenenar as fontes da legitimidade real. E não só desta, da representatividade do primeiro mandatário da nação.

Ambas as propostas e suas conseqüentes candidaturas, são, assim, quando muito, frutos de uma enganosa acomodação. Não posso, pois, fugir de exclamar: Que triste acomodação! Que fragilíssima acomodação!

Perdurará a dita acomodação? pergunto. Olhe, ela não serve nem para adiar as soluções que o Brasil reclama; que, a rigor, transcendem ao que foi realizado (de bom ou de mal) nesses últimos 20 anos.

Esta acomodação é uma choldra. Revela muita incompetência política, muitos interesses ilegítimos misturados a aspirações e reivindicações legítimas. Muita covardia moral e muita covardia política. Muita carência de lideranças efetivas e coerentes. Muito pouca vontade de levar-se o país, o Brasil, a seus destinos maiores.

Tudo que aí está, portanto, é emergencial e não duvido que, para vir a valer, venha a ser conseguido (?) sob "medidas de emergência", com afrontas brutais à verdade e à justiça.

O fato é que política não é, nem com P grande nem com p pequeno. Política é, simplesmente o humano caldeirão no qual os homens a si mesmos se cozinham. Ou tangidos por ideais nem sempre claros; ou por interesses normalmente visíveis. Política é atividade ética, lastreada por procedimentos quase sempre pouco ou nada éticos.

Política é, sobretudo (e acima de tudo), luta pelo poder. Mas é, também, busca, invariável busca por um destino coletivo de natureza superior. Inserido, sem dúvida, no obscuríssimo destino humano.

Em razão desses dois pilares, inseridos ambos no obscuríssimo destino humano em sua milenar marcha sobre a Terra, é que com a política não se pode brincar em serviço. Quando o fazemos, ocorre fatalmente o que registrou Gil Vicente, no *Amadis de Gaula*: "Pues, saben vivos y muertos/ que entre concierto y concierto/ nacen muchos desconciertos".

LUCIANO MESQUITA

Advogado e diretor do Prodesen (Serviço de informática do Senado)